

LICENCIAMENTO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO

ELEMENTOS DE INSTRUÇÃO DO PEDIDO

Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação Decreto-Lei n.º 555/99 de 16.12 na actual redacção Portaria n.º 232/2008 de 11.03

	faculdade de realização da operação;
	Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;
	Planta à escala de 1:2500 ou superior e, quando existam planos municipais de ordenamento do território, extractos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação e das respectivas plantas de condicionantes, com a indicação precisa do local onde se situa a obra objecto do pedido;
	Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25 000 quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação;
	Extractos das plantas do plano especial de ordenamento do território vigente;
Projectos da engenharia das especialidades que integram a obra, devendo cada projecto conter memória descritiva e justificativa, bem como os cálculos, se for caso disso, e as peças desenhadas, em escala tecnicamente adequada.	
	Infra-estruturas viárias Rede de abastecimento de água Rede de esgotos Rede de drenagem (águas pluviais) Rede de gás Rede de electricidade Rede de telecomunicações Arranjos exteriores
	Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador de projecto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;
	Orçamento da obra, por especialidade e global, baseado em quantidades e qualidades dos trabalhos necessários à sua execução, devendo neles ser adoptadas as normas europeias e as portuguesas em vigor ou as especificações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
	Condições técnicas gerais e especiais do caderno de encargos, incluindo prazos para o início e para o termo da execução dos trabalhos;
	Cópia da notificação da Câmara Municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta exista e estiver em vigor:

□ Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a

Contrato de urbanização, caso o requerente entenda proceder, desde logo, à sua apresentação;
Plano de acessibilidades – desde que inclua tipologias do artigo 2º do Decreto-Lei nº 163/2006;
Estudo que demonstre a conformidade com o regulamento Geral do Ruído, contendo informação acústica adequada relativa à situação actual e à decorrente da execução da operação de loteamento;